



PROJETO DE LEI Nº ____/2022 DE 24 DE AGOSTO DE 2022.
AUTORIA: Vereador Rubens Uchôa

Dispõe sobre o atendimento prioritário aos advogados no âmbito da Administração Pública Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprova:

Art. 1º Os profissionais inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, que estiverem representando os interesses dos seus clientes, terão atendimento prioritário junto às repartições públicas municipais, Autarquias, Empresas Públicas e assemelhadas, bem como agências bancárias e assemelhadas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais, estabelecidas no Município de Palmas.

Art. 2º Para comprovação do atendimento prioritário caberá aos profissionais da advocacia, previamente e todas as vezes que for solicitado por funcionários das instituições que trata o art. 1º desta Lei, identificar-se apresentando a respectiva carteira funcional expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e apresentação de procuração simples.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, Gabinete do Vereador Rubens Uchôa,
aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2022.


VER. RUBENS UCHÔA
Vice-Presidente da Câmara de Palmas

RECEBEMOS
06/09/22




JUSTIFICATIVA

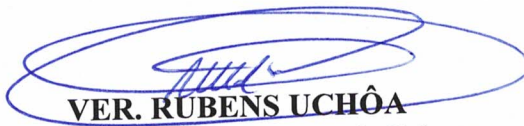
O presente projeto tem como objetivo determinar que os advogados que estiverem representando os interesses dos seus clientes, terão atendimento prioritário nas repartições públicas municipais, Autarquias, Empresas Públicas e assemelhadas, bem como agências bancárias e assemelhadas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais, estabelecidas no Município de Palmas.

Nos termos do artigo 2º, para comprovar o atendimento prioritário, caberá aos profissionais da advocacia, identificar-se apresentando a respectiva carteira funcional expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e apresentação de procuração simples.

Em se tratando de atendimento prioritário, convém mencionar, que, atualmente por decisão do STF, o INSS já garante esse direito aos advogados, no exercício das suas atividades profissionais. Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

Portanto, tendo em vista ser de relevante interesse social e preenchidos os requisitos legais necessários conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário da Câmara Municipal de Palmas, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2022.


VER. RUBENS UCHOA
Vice-Presidente da Câmara de Palmas